



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Exorto o Governo a legislar sobre a poluição luminosa e a realizar uma consulta pública sobre a redução de resíduos a partir da fonte

O Governo da RAEM, tendo por objectivo “Transformar Macau num centro de baixo carbono e criar em conjunto uma vida ecológica”, tem promovido activamente, nos últimos anos, a implementação de medidas para limitar o uso de plástico, com vista a melhorar a qualidade do ambiente de Macau. Os serviços competentes também implementaram, em 2019, o regime jurídico sobre as restrições ao fornecimento de sacos de plástico, e promulgaram, em 2020 e 2021, despachos do Chefe do Executivo para a proibição da importação e do trânsito de utensílios de esferovite descartáveis (incluindo caixas, tigelas, copos e pratos), e de palhinhas descartáveis de plástico e agitadores descartáveis de plástico para bebidas. Na implementação das referidas medidas, as autoridades tomaram a iniciativa de comunicar e de se coordenar com os diversos serviços públicos e o sector envolvido, a fim de minimizar o impacto sobre o funcionamento do mesmo, por isso, as medidas lançadas mereceram o reconhecimento da sociedade.

Com a implementação e a divulgação dos planos importantes, nomeadamente, o 14.º Plano Quinquenal Nacional, as Linhas Gerais do Plano para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, o Segundo Plano Quinquenal de Macau e o Plano Global para a Construção da Zona de Cooperação de Guangdong-Macau em Hengqin, o Governo da RAEM e os serviços competentes seguiram os passos e as orientações do desenvolvimento verde do País e divulgaram



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

recentemente o “Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2021-2025)”, mas os pormenores do Planeamento, especialmente sobre a poluição luminosa, a redução de resíduos a partir da fonte e as responsabilidades sociais das empresas, estão aquém das expectativas da sociedade. De acordo com o dito Planeamento, a taxa de recolha de resíduos em Macau tem vindo a aumentar, mas, entretanto, a quantidade de lixo também tem aumentado significativamente, por isso, a sociedade critica que o aumento da taxa de recolha se deveu ao aumento do volume de lixo. As autoridades implementaram recentemente o regime de cobrança de taxas sobre os resíduos da construção civil, o que mereceu o reconhecimento de diversos sectores da sociedade, porém, o progresso tem sido lento na implementação de outras políticas e medidas para a redução de resíduos a partir da fonte, como as relacionadas com os resíduos comerciais e domésticos. Legislar sobre a poluição luminosa é um assunto discutido há anos em Macau, e muitas vezes na sociedade esperam que o Governo encare com seriedade este problema. Nos países e regiões vizinhos, já existe há muitos anos um controlo rigoroso das luzes ao ar livre, com vista a proteger a saúde da população e o ecossistema. No entanto, esta medida ainda não foi concretizada e implementada em Macau.

Pelo exposto, interpelo sobre o seguinte:

1. As autoridades emitiram orientações sobre a poluição luminosa e, assim, as respectivas queixas diminuíram, mas isto não significa que os impactos desapareçam, pois as orientações não têm carácter vinculativo. Assim sendo, as autoridades devem encarar com seriedade o problema da poluição luminosa, iniciar os respectivos estudos científicos e elaborar leis sobre esta matéria, com vista a regulamentar eficazmente a poluição luminosa, no



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

pressuposto de salvaguardar, na medida do possível, o desenvolvimento do sector do jogo. Vão fazê-lo?

2. A definição de um regime de redução de resíduos a partir da fonte para o lixo doméstico e comercial e a cobrança de taxas de lixo são discutidas há anos na sociedade, e implementadas em muitos países e regiões. As autoridades devem então implementá-las, ao mesmo tempo da implementação ordenada do regime de cobrança de taxas sobre os resíduos sólidos urbanos. Vão fazê-lo? Devem ainda realizar uma consulta pública sobre o regime de redução de resíduos a partir da fonte. Têm algum plano para o efeito?
3. O Governo dá muita importância às responsabilidades sociais de empresas no concurso público para a concessão de licenças de jogo, e a protecção ambiental, a conservação energética e a redução de emissões e resíduos são responsabilidades sociais das empresas. No referido Planeamento, as autoridades referem que “vão continuar a prestar atenção às mudanças surgidas durante a implementação do planeamento, e proceder, em tempo oportuno, à avaliação, revisão e aperfeiçoamento do mesmo”. Deste modo, as autoridades devem auscultar a sociedade sobre a protecção ambiental e ecológica, e exigir às futuras concessionárias ou empresas do jogo que assumam as suas responsabilidades sociais. Vão fazê-lo?

17 de Fevereiro de 2022

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,

Lo Choi In